

ESCOLA HONORATO BORGES: SUA HISTÓRIA E IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE PATROCÍNIO

Honorato Borges' School: Its History And Importancy To Patrocínio's City

Hedmar de Oliveira Ferreira*

Resumo

A História da Educação pública de Minas Gerais e o estudo da Escola Honorato Borges constituiu o objetivo geral do trabalho. A abordagem histórica da instrução pública mineira, o surgimento, a organização e o funcionamento do grupo escolar na cidade de Patrocínio possibilitou o resgate histórico local, abrindo espaço para novas reflexões, propiciando, ao mesmo tempo, a produção do conhecimento e o enriquecimento do acervo público da cidade de Patrocínio.

Palavras-chave: educação pública - grupo escolar ensino primário

Abstract

The history of public education in Minas Gerais and the study of Honorato Borges' school constituted the general objective from this work. The historical boarding of Minas Gerais' public institution, the sprouting, the organization and functioning of the pertaining to school group at Patrocínio's city made possible the local historical rescue, opening space for new reflections, propitiating, at the same time, knowledge production and the enrichment of public quantity from Patrocínio's city.

Key-words: public education pertaining to school group primary education.

* Doutoranda em História da Educação pela UNESP (Franca). Professora das Faculdades Integradas de Patrocínio (FIP).

A Capitania de Minas Gerais, até meados do século XVIII, é desprovida de escolas de qualquer nível, devido ao fato de sua colonização ter ocorrido tardiamente, só iniciada com a descoberta do ouro, no final do século XVII.

Outro fator que impede a existência de uma educação escolar se relaciona à proibição das ordens religiosas jesuítas, responsáveis pela ação pedagógica na colônia, de se estabelecerem na Capitania.

Inicialmente, os forasteiros que se dirigem às regiões das minas não estabelecem moradias, fixando-se provisoriamente. Nesse sentido, transformam-se em homens sem raízes, com a única preocupação de se enriquecerem. A ausência de mulheres implica na existência de poucas famílias e as que existem são compostas por pessoas rudes, brancas e desinteressadas da cultura letrada. Tal desinteresse retarda a implantação de escolas na região das minas.

O crescimento da atividade mineradora traz prosperidade à região e faz surgir uma camada de famílias mais abastadas e, com isto, a necessidade de se distinguirem intelectualmente. A educação passa, então, a ser vista como possibilidade dessas famílias se igualarem às camadas dirigentes de outras regiões e da metrópole portuguesa. Representa, por outro lado, possibilidade de ascensão aos negócios administrativos e políticos da capitania mineira.

Neste contexto, surgem as chamadas escolas maternas ou domésticas, destinadas à educação da juventude oriunda das classes mais abastadas. A atividade educacional nestas escolas fica a cargo, na maioria das vezes, dos tios padres e, raramente, de algumas mães alfabetizadas. Há escassez de mães nestas condições, devido ao fato de que...

“As mulheres nesse período viviam no recesso dos lares, dedicando-se, exclusivamente, aos trabalhos domésticos e eram, em sua maioria, analfabetas, não possuíam noção de escrita e de leitura, ficando à margem de qualquer instrução”¹.

Essa nova mentalidade, originada entre as camadas mais ricas, acaba se transformando em pressão contra a proibição real de se estabelecer ordens religiosas em condições de assumir a tarefa da educação na província mineira. Foi assim que, em 1750, instala-se o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, o primeiro em Minas Gerais e por muitos anos, o único educandário da juventude mineira, cumprindo duplo objetivo: arrebatar fiéis à causa religiosa e preparar os jovens, através do “estudo público”, para os cursos em Coimbra, que é a intenção dos pais.

Estabelecimentos menores surgem na mesma época, nas proximidades de Mariana, como o Colégio do Sumidouro ou dos Padres Osórios, para meninos, e o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas e o Recolhimento de São João da Chapada para moças, em Minas Novas.

Implantação e importância da Escola Pública em Minas Gerais.

A escola pública em Minas Gerais inicia-se com a reforma pombalina no século XVIII através da criação das “aulas régias de ler e escrever e de gramática latina”, de *Filosofia Racional e de Retórica*.

Na primeira metade do século XIX, cria-se a Escola Normal em Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, com a finalidade de habilitar os professores e adequar cientificamente o processo de instrução, uma vez que o Sistema Educacional na Província é marcado pela ineficácia dos métodos utilizados e ausência de professores devidamente habilitados para o trabalho pedagógico.

O Decreto Régio de 1827, impulsiona a educação pública no Império, estipulando uma política oficial de educação, na qual cabe, às províncias, a responsabilidade pelo ensino primário e secundário, e o ensino superior fica a cargo do governo monárquico.

Pela Lei nº 13, de 28 de março de 1835, o governo mineiro procura garantir a formação dos professores para o nascente sistema de ensino primário. Tem-se, ao criar a Escola Normal, a pretensão de adotar os métodos educacionais em voga nos países mais desenvolvidos da Europa.

Verifica-se um significativo aumento de escolas normais na província mineira, que em 1884 já conta com nove unidades, distribuídas nas seguintes localidades: Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Paracatu, Montes Claros, Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João Del Rey.

No regime republicano, a Reforma Afonso Pena, Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, reorganiza a instrução pública em Minas Gerais.

¹ FERREIRA, H. de O. Dissertação de Mestrado, 2001, pág. 109.

Em 1906, inicia-se uma nova fase no sistema de instrução pública em Minas Gerais, com a Reforma João Pinheiro (Presidente do estado de Minas Gerais de 1906 a 1908). Através da Lei n.º 439, de 28 de setembro de 1906, cria-se a Escola Normal de Belo Horizonte, capital mineira, destinada exclusivamente ao sexo feminino, ao mesmo tempo que incrementa o sistema educacional mineiro, propondo uma nova organização para o sistema de instrução pública.

As futuras professoras recebem uma educação intelectual, moral e prática em conformidade com os princípios republicanos: ordem, civilidade, patriotismo e moralidade.

A tarefa de educar no período anterior à República, então circunscrita aos homens, transforma-se, aos poucos, numa atividade tipicamente feminina e a mulher passa a ocupar lugar de destaque no cenário educacional, pois

“A partir de 1929, “devido ao empobrecimento repentino, muitas filhas de fazendeiros, cursando a Escola Normal numa perspectiva de formação cultural, meramente ornamental, acabam sendo forçadas a encarar a profissão de professor”².

A mulher passa, então, a ser vista como elemento moralizador da sociedade, ficando com a incumbência de disciplinar o povo através da educação escolar.

“A Educação consistia em um dos pilares básicos da República, sendo a instrução pública essencial para a consolidação do regime republicano”³.

“A República será verdadeiramente amada quando constituir-se em sentimento consciente do povo e a difusão desse sentimento fundamental só poderá ser generalizada e fortalecida pela instrução”⁴.

Embora a instrução pública seja considerada uma prioridade, há uma precariedade nas escolas e no ensino, impedindo a consolidação dos ideais republicanos.

Dada a inexistência de prédios próprios, as escolas funcionam em casas alugadas, sem infraestrutura necessária às atividades educacionais, constituindo-se as chamadas “escolas isoladas”. Comprometendo ainda mais a situação do ensino, vale ressaltar que o pagamento do aluguel dessas escolas é feito pelos professores, que já não são bem remunerados.

Esta precariedade impede a expansão da educação pública e constitui-se em uma preocupação das autoridades governamentais, expressa na escrita do Secretário Henrique Augusto de Oliveira Diniz.

“Urge ir cuidando de instalar as escolas em prédios próprios do Estado. É óbvio que a má acomodação delas em casas particulares traz inconvenientes ao ensino; pelo que julgo acertado lembrar ao Congresso a manifesta vantagem que advirá aos trabalhos escolares de serem construídas, ao menos nas cidades, as casas necessárias para as escolas”⁵.

Tendo como preocupações básicas ler, escrever e contar, as escolas isoladas sofrem críticas por parte de intelectuais e políticos republicanos, pela inoperância e precariedade, pela ignorância dos(as) professores(as), bem como pela falta de controle do Estado sobre eles. Seguindo o modelo adotado pelas nações “mais cultas do velho e novo mundo”, propõe-se uma nova organização escolar. As escolas são agrupadas em um só prédio, passando a ser denominadas “grupos escolares”, facilitando, assim, a difusão da instrução escolar.

Além do agrupamento das escolas e da construção de espaços próprios para a educação escolar, a reforma João Pinheiro possibilita ao Estado exercer um maior controle dos professores, através dos inspetores escolares; altera o currículo existente, acrescentando disciplinas ligadas à agricultura e introduz modificações na formação dos professores.

² Idem. Dissertação Mestrado, 2001, pág. 103.

³ Henrique Augusto de Oliveira Diniz, Secretário dos Negócios do Interior (responsável pelas questões ligadas à instrução pública em 1897).

⁴ Lições de Minas 7, pág. 34.

⁵ Idem, Ibidem.

Houve a introdução dos grupos escolares (Lei 439), em Minas Gerais, e a reforma do ensino primário e normal (Lei 434) e a escola normal (Decreto 1.960) no governo João Pinheiro

A construção dos grupos escolares como espaços próprios para a educação escolar possibilita o acesso das camadas mais pobres da população, permitindo, ao mesmo tempo, a formação de uma nova cultura educacional, em toda Minas Gerais, acerca do conhecimento escolarizado.

Dessa forma, Minas Gerais adota o moderno modelo escolar, inspirando-se nos moldes implantados em vários países europeus (França, Espanha, Inglaterra e Alemanha), nos Estados Unidos e, com sucesso, em São Paulo, desde 1892.

Organização e Funcionamento dos Grupos Escolares

Organizados como *“um centro inteligentemente constituído para a moderna educação popular”* agrupavam *“todos os requisitos”* proporcionando, aos alunos, *“os elementos completos”* de que precisariam *“para a luta e para a vitória, no concurso geral de aptidões morais, físicas e intelectuais”*⁶.

Além de uma educação abstrata, desenvolvem-se atividades como ginástica, exercícios físicos e evoluções militares; trabalhos manuais; canto e coral; noções elementares de ciências físicas e naturais e de agronomia.

Para a concretização desses ideais, o governo mineiro, através da reforma de 1906, disponibiliza recursos para a construção de prédios apropriados, aquisição de mobiliários e material pedagógico, expandindo a construção de grupos escolares na capital e no interior, constituindo relevante obra patriótica, para os republicanos, o combate ao alto índice de analfabetismo.

Para realização desses ideais, os grupos escolares possuem um programa específico que inclui *“Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural, Física e Higiene, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos”*. Assim, com um programa de ensino obrigatório, os grupos escolares têm como objetivo *“produzir”* alunos que saibam ler e interpretar, escrever com arte e ortografia, conhecer a pátria e sua posição no mundo, confiar no valor do próprio esforço e na disciplina, adquirindo conhecimentos capazes de conduzi-los ao aperfeiçoamento moral e material.

Dada a abrangência da educação, há a necessidade da divisão de trabalho, do controle dos espaços e tempos escolares e da adoção de métodos de ensino, como forma de garantir a realização das tarefas educacionais, que se tornam cada vez mais amplas e complexas, após a adoção de um programa de ensino legal, fiscalizado permanentemente.

Possuindo caráter redentor, a escola pública, no cenário mineiro, procura regenerar a sociedade através da instrução das crianças, de forma a incutir novas condutas. Por meio da instrução escolar busca atrair essas crianças para a escola, fazendo-as obrigatoriamente assíduas, corrigindo-as, modificando-as e tornando-as aptas a viverem em sociedade. Para atingir tais objetivos, faz-se necessário uma instrução que ultrapasse os rudimentos das primeiras letras. A tarefa é mais longa, pois, além do trabalho de leitura e escrita característico das escolas do período anterior, a escola de então deve se ocupar em formar um bom cidadão, conhecedor de suas responsabilidades. Para tanto, o amor à família, a ordem e a disciplina, o respeito ao professor e aos colegas, a aplicação ao estudo, o zelo pelo cumprimento dos deveres escolares e sociais constituem valores a serem cultivados dentro e fora do âmbito escolar. Tal proposta pode ser observada no depoimento da ex-diretora:

Havia muito esforço na Educação Religiosa, Moral e Cívica e em conhecimentos gerais, não só da comunidade e do município. A gente preparava o aluno para ele ter uma visão do mundo; que ele era um ser vivo, que tinha de evoluir, acompanhar a evolução. Procurava então, despertar no aluno o interesse pelo progresso, tanto da cidade quanto dele mesmo. Cada professor procurava acompanhar os alunos com rigor e disciplina. Leonor de Castro Magalhães

Às tarefas de instruir e educar, uma terceira é incorporada: a de preparar para o exercício de uma profissão, atendendo às necessidades da sociedade mineira que então se industrializava. A escola procura, através da alfabetização, atender crianças de famílias pobres ou empobrecidas, preparando-as para a inserção nas práticas de trabalho, ao mesmo tempo que oferece garantias de economia e incremento à indústria, que ora se organiza em Minas Gerais.

⁶ Lições de Minas, pag. 41.

Criação do Grupo Escolar na Cidade de Patrocínio

Atendendo à demanda crescente da população de Patrocínio, cria-se a primeira escola na cidade, através do Decreto n.º 3401 de 09/01/1912, publicado em 10/01/1912. Funciona às expensas da Câmara Municipal, até julho de 1913. Como o prédio cedido para instalar a instituição se encontra em reforma, as crianças freqüentam aulas particulares nas casas dos professores. Dentre eles, podemos destacar: Professor Olímpio Moraes, Professor Paulo Arantes, Professora Virgínia do Amaral, Professora Quita, Professora Andalécia Gabriela Lana.

Este imóvel é a residência oficial do Cel Marciano Hilário Ferreira Pires. Situado no Largo da Matriz, sendo adquirido pela Câmara Municipal de Patrocínio, na Presidência do Senhor José Eloy dos Santos em 12/11/1909. A reforma e adaptação da casa para funcionamento do grupo escolar concretiza-se em 1913.

Na Resolução de Lei n.º 177, de 28 de novembro de 1907, constam as cláusulas de cessão do referido prédio ao governo do estado para instalação do grupo escolar, voltando o mesmo ao domínio da municipalidade, tão logo cesse o funcionamento do grupo naquele local. Ainda, nesta resolução de lei, fica definido, em seu artigo 3.º, que os serviços de adaptação e outros reparos serão praticados pelo município, para melhor acomodação da instituição, ficando aberto um crédito de três contos de réis (\$3.000,000).

Geny Paula Rocha é a primeira diretora interina da escola e o professor Modesto de Melo Ribeiro o primeiro diretor empossado, aos oito dias do mês de julho, de 1913, conforme consta registrado no livro “Termo de Posse”. Encontra-se, também, registrado que as primeiras professoras nomeadas foram: Srta. Leticia Marra, Sra. Amélia Angélica do Nascimento e o professor Sr. Nestório de Paulo Ribeiro. O Sr. Osório Marques Ferreira é o primeiro porteiro e a Sra. Augusta Maria da Porciúncula, a primeira servente da escola.

O nome destinado à escola foi uma justa homenagem ao chefe político Cel. Honorato Martins Borges, mineiro, natural do município de Santo Antônio do Amparo.

Político habilidoso, torna-se presidente do Partido Republicano de Patrocínio, em 1906, nele permanecendo até 1929. Funda, em 1909, o primeiro jornal de Patrocínio, denominado “*Cidade de Patrocínio*”.

Empenha-se para a instalação de um grupo escolar na cidade, uma vez que a população patrocinesense carece de um estabelecimento oficial de ensino. Dessa forma, em 1912 é criado o Grupo Escolar.

Em 15 de junho 1914 a escola é oficialmente instalada, sendo Governador do Estado, Delfim Moreira e Agente Executivo Municipal, o Sr. Artur Fernandes Botelho.

Figura simpática e cativante, não é apenas um alvo de admiração de todos aqueles que vêm acompanhando sua atuação dignificante na política do município, mas é também um símbolo que vive no coração de todos. As peregrinas qualidades de seu caráter inatacável o fizeram sempre respeitado e admirado por seus adversários políticos...⁷.

O Sr. Honorato era um homem de grande visão, um idealista.

Sra. Alina Lamendola

Foi o maior líder político que Patrocínio já teve.

Sra. Teodora Castro Ribeiro.

Comprovando sua importância no cenário político e social do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os jornais da região e até da capital mineira noticiam, com pesar, o seu falecimento.

“Honorato Borges era conselheiro e pai dos patrocinesenses. Não quis ser político nem se fez. Foi feito pelo povo que o escolheu num movimento natural e espontâneo”⁸.

“Honorato, um homem digno sob todos os aspectos, destacando-se de um modo brilhante pelo seu espírito de justiça, pela sua tolerância invulgar e pelo seu grande desprendimento, recusando sempre para si e para os seus quaisquer posições lucrativas”⁹.

⁷ Jornal Cidade de Patrocínio. Ano XIX. 15/07/1928, pág. 01.

⁸ ALMEIDA, F. J. de, in: Patrocínio no final da década de 20. 1.ª ed. Patrocínio. Reggraf. 2001, pág. 208.

⁹ Jornal Cidade de Patrocínio 19/05/1929 Ano XX-N.º 823, pág. 01

Por mérito, é aclamado patrono da escola que, em sua homenagem, ficou denominada “*Grupo Escolar Honorato Borges*”.

O Novo Grupo Escolar Honorato Borges

As três primeiras décadas do séc. XX, a denominada República Velha (1889-1930), é um período caracterizado pelo domínio político e econômico das oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais.

Embora a industrialização já seja expressiva no Brasil, o café ainda se constitui no principal produto de exportação, representando “a riqueza nacional”.

Ao final da década de 30, Patrocínio continua essencialmente agrária. Sua economia assenta-se na produção de grãos, pecuária e na agroindústria. Vale ressaltar que já existem na cidade estabelecimentos comerciais, imprensa escrita e casas de diversão.

Há também um aparato burocrático como fórum, prefeitura, cadeia pública, sendo Francisco Batista de Matos, o primeiro prefeito da cidade, em substituição aos agentes executivos municipais.

Em 1922 o Grupo Escolar Honorato Borges, ainda a única casa de ensino oficial na cidade, atende 387 alunos, distribuídos em sete classes.

O prédio é construído com recursos do governo estadual, em parceria com o município que doa ao Estado de Minas Gerais, no valor de um conto de réis, o imóvel constante de um lote de terreno, com área de 2.400m², na Praça Rio Branco, confrontando por um lado com a Rua 15 de novembro, hoje Rua Governador Valadares, do outro lado com a Praça Dr. João Nepomuceno, e por outro lado, com terrenos municipais, conforme consta no Livro 3-C, folhas 112, sob o nº 2675, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

A construção conta também com doações advindas de famílias mais abastadas, concretizando-se a obra em 1930, sendo governador do estado Dr. Melo Viana, e prefeito do município de Patrocínio, Francisco Batista de Matos.

Embora considerado simples, em relação aos prédios construídos na praça, a construção do novo prédio é um marco na história educacional de Patrocínio.

Em 1937, é encontrado o primeiro registro da existência de atividades escolares no período noturno. Atendendo aos programas da Secretaria de Estado da Educação e Ministério da Educação e Cultura, por diversos períodos, a escola oferece curso aos jovens e adultos em defasagem de idade/série, denominado Programa de Educação de Adultos.

O Grupo Escolar Honorato Borges e as Atividades Pedagógicas

As atividades escolares eram centradas na figura do professor, com a predominância de aulas expositivas, uma educação rígida, com longas lições escolares baseadas na memorização e na realização freqüente de provas e argüição, para testar o conhecimento dos alunos.

Ao encerrar as aulas, os alunos em condições de serem submetidos a exames finais compareciam frente a uma comissão, composta pelo Inspetor Escolar e pelos examinadores encarregados de aplicar e julgar os exames “*escriptos e oraes*”.

“Aos aprovados expedia-se diploma de aprovação em exame final”¹⁰.

Nas décadas de 30 a 60 há ampliação e diversificação das atividades escolares, influenciadas pelo movimento escolanovista, iniciado em 1927, no Estado de Minas Gerais, havendo, também, um enriquecimento dos materiais didáticos e pedagógicos. Além de cartazes confeccionados por professores, a Secretaria de Estado da Educação passa a enviar livros e cartazes destinados à alfabetização, globo terrestre, mapas geográficos, álbuns seriados de Ciências, o Programa a ser desenvolvido e a Revista de Ensino, para aperfeiçoamento do professor.

Nesse período, para o desenvolvimento do processo de alfabetização utilizava-se, além dos cartazes, o “Livro de Lili”, de Anita Fonsêca, e para leituras suplementares os livros: Bonequinha Prêta e o Bonequinho Doce, de Alaíde Lisboa; Pituchinha, de Marieta Leite, Chapeuzinho Vermelho, de Irene Lustosa.

¹⁰ Livro de Visita Oficial Pág. 40.

A partir de 1931, a escola, confortavelmente instalada em novo prédio, enriquece suas ações educativas, incluindo no programa de ensino as disciplinas de Instrução Moral e Cívica e Educação Física, incorporando à educação escolar aulas de biblioteca e Canto Coral; Trabalhos Manuais, ensinando desenho para os alunos e prendas domésticas (ponto cruz, bordados, crochê, tricô, etc.) para as alunas, com a pretensão de prepará-las para o trabalho, além de noções elementares de Ciências Físicas e Naturais e de Agronomia, praticadas nas atividades dos Clubes Agrícola e de Saúde e o Clube de Leitura, criado em 1928, e o jornal “Voz da Criança”, em 1934.

O Clube Agrícola Escolar iniciou-se em 1945, permanecendo até 1973. Nele, as crianças aprendiam a manejar a terra, cuidando da horta escolar. Cada turma era responsável por um canteiro e o que era cultivado utilizava-se na merenda escolar.

No Clube de Saúde, as crianças prestavam eventuais atendimento aos colegas, fazendo curativos e orientando sobre a higiene pessoal.

O movimento de escola renovada, proposto pela Secretaria do Interior, cria um novo paradigma educacional, centrado em métodos e técnicas científicas, rompendo com a chamada escola tradicional.

“Os novos processos de ensino colocavam problemas, para levar o aluno a reflexão. E a escola não permanecia mais entre quatro paredes, era vivida pelas crianças na própria comunidade. Introduziram-se as cantinas, os clubes agrícolas, as feiras. Nasceram as excursões. Era, enfim, o processo de socialização que tomava forma”¹¹.

Comportamentos considerados indesejáveis eram punidos com castigos.

“A educação era rígida, havendo inclusive, até separação dos recreios. As meninas ficavam na parte interna do pátio e os meninos ficavam na parte externa. Ficar depois da aula e sem recreio eram os castigos mais comuns. Outro tipo de castigo era colocar menino sentado com menina na mesma carteira, sem terem a liberdade de se falar. Era um constrangimento muito grande”.

Dr. Vicente Arantes

As atividades pedagógicas realizadas pela escola, de 1957 até 1964, foram influenciadas pelo PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar). Para concretização do mesmo, foi assinado um acordo pelo Ministro da Educação e pelo governador mineiro José Francisco Bias Fortes e pelo diretor da USOM/B (United States Operation Mission/Brazil). O programa consistia em treinar e qualificar os professores do ensino primário, direcionando sua assistência ao treinamento de professores das Escolas Normais, bem como a produção de materiais didáticos, para apoio ao ensino. O PABAE tinha uma estratégia que colocava Minas Gerais como ponto de partida e referência, implantando instrumentos de planejamento na educação.

O Programa inaugurou uma nova fase na educação mineira, provocando mudanças na organização escolar e no fazer pedagógico, dando ênfase aos métodos e técnicas de ensino. Possibilitou o deslocamento da atuação do serviço de inspeção da esfera da fiscalização para a supervisão, com a intenção de auxiliar o professor na execução do programa de ensino.

Embora o órgão federal responsável pela execução do programa fosse o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) em Belo Horizonte/MG, instala-se um centro piloto, que funcionou no Instituto de Educação. Através desse acordo, a Secretaria de Educação de Minas Gerais recebeu assistência técnica internacional, com a função de difundir novas e modernas técnicas de ensino.

O Grupo Escolar Honorato Borges foi beneficiado pelo PABAE, uma vez que as ações deste programa atingiram todo o sistema educacional mineiro.

Em 1972, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71 a escola reorganizou e ampliou suas atividades curriculares. Na matéria de Comunicação e Expressão eram incluídas atividades de Educação Artística e Educação Física. Ciências era trabalhada de forma superficial, pois nesta matéria incluíam-se também, atividades matemáticas.

O Ensino Religioso, embora já fosse trabalhado na escola, através desta lei se constitui em matéria obrigatória, sendo facultativo ao aluno.

¹¹ Alda Lodi em Lições de Minas, 2001, pág. 77.

A partir de 1974, o nome do estabelecimento é alterado, passando a denominar-se Escola Estadual Honorato Borges por determinação do governo do estado de Minas Gerais, através do Decreto N° 16.244, de 8 de maio de 1974.

Vale ressaltar que, embora o país vivesse no regime militar, Minas Gerais se destacou mais uma vez no cenário educacional. Em defesa da democracia e da participação, o governador mineiro, Tancredo Neves, sugere a elaboração de uma nova proposta educacional. Para tal, realizou-se ampla mobilização, envolvendo diversos segmentos da sociedade educacional mineira.

Após diversos congressos regionais, realizou-se em 1983 o 1° Congresso Mineiro de Educação, implantando uma nova proposta educacional, em 1985: o Ciclo Básico de Alfabetização ou CBA, como ficou conhecido. Pela nova organização do tempo escolar realizado pelo CBA, incorporou-se em um único bloco de 02 anos, a 1ª e 2ª séries do ensino de 1° grau.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, N° 9394/96, a escola reorganiza suas atividades, tendo em vista o novo paradigma educacional. Incorpora em suas ações os saberes da dinâmica cultural e social dos alunos, articulando conteúdo escolar com a realidade social, visando a formação humana.

Em 1° de janeiro de 1998, por força da Resolução n.º 8479/98, a escola foi municipalizada. Dispõe de um rico acervo didático e materiais pedagógicos: aparelhos audio-visuais, televisão equipada com antena parabólica, vídeos cassetes, aparelhos de som, retro-projetores, mimeógrafos, mapas e livros, dentre outros. Atende, segundo o censo escolar/2002, 400 alunos no ensino fundamental e 190 na educação infantil.

Referência bibliográfica

- ALMEIDA, F. J. (2001). Patrocínio no final da década de 30. 1ª ed. Reggraf.
- CALDEIRA, J. et al (1997). Viagem pela história do Brasil. 2ª ed. São Paulo. Schwarcz.
- FERREIRA, H. de O. (2000). Colégio “Dom Lustosa”; História da Educação Católica Masculina em Patrocínio. 1ª ed. Franca. UNESP.
- FAZENDA, I. C. et al (1997). Metodologia da pesquisa educacional. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- GIL, A. C. (1993). Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª ed. São Paulo: Atlas.

Jornais

- JORNAL CIDADE DE PATROCÍNIO, exemplares pertencentes a arquivos particulares.
- JORNAL GAZETA DE PATROCÍNIO, 1938 a 1950.
- Livro “Termo de Posse” da Escola Honorato Borges, nº 01 1912 a 1997.
- Livro “Atas para reuniões do Professorado”, 1925 a 1935.
- Livro “Termos de Visitas Oficiais” N.º 01 1914 a 1921 e N.º 02 1922 a 1956.
- SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F.; FREITAS, N. E. Guia para normalização de trabalhos técnicos científicos, projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses. 1ª ed. Uberlândia: Edufu. 2000.
- ANDRADE, M. M. Como preparar trabalhos para cursos de Pós-Graduação. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 199.....
- FILHO, L. M. F. et al. Lições de Minas Vol. VII. 1ª ed. Minas Gerais: SEE. 2000.
- REZENDE, J. C. As ruas de Patrocínio. 2ª ed. Patrocínio. Gráfica Real, 1986.
- _____. Patrocínio: nossa terra, nossa gente. Patrocínio. Gráfica Real. 1ª ed. 1986.